

Carlos Alberto Ferreira de Almeida

*in memoriam*

**SEPARATAS**



FACULDADE DE LETRAS DA  
UNIVERSIDADE DO PORTO

3)  
3Almeida, CarlosAl  
LM



# CARLOS A. FERREIRA DE ALMEIDA EM SANTA EULÁLIA DE RIO COVO, CONCELHO DE BARCELOS

Carlos A. Brochado de ALMEIDA \*

Na década de 60 Carlos A. Ferreira de Almeida dava os primeiros passos como investigador e como estudante da licenciatura em História, que concluiria em 1968 com a classificação final de 17 valores. Nessa altura apresentou, como dissertação de licenciatura um estudo, nunca formalmente publicado, as *Vias Medievais, I. Entre-Douro-e-Minho* (Barroca, 1996, 15). É portanto ainda como estudante que ele se apresenta ao IV Colóquio Portuense de Arqueologia com uma comunicação subordinada ao tema *O Documento nº 13 dos Diplomata et Chartae. Duas Considerações* que viria a ser incluída nas actas do referido Colóquio, que foram editadas pelo Centro de Estudos Humanísticos em 1966 (Almeida, 1966, 635-642).

Um olhar atento à sua anterior produção bibliográfica, que se havia iniciado em 1959 com o tema *Um Aspecto do Culto dos Rios na Lusitânia* (Almeida, 1959, 873-887), reflecte a imagem de um investigador crítico e inovador, norteado para certas temáticas das Ciências Humanas, à data prioritariamente relacionadas com a Arqueologia e a Etnografia popular e religiosa. Estava, todavia, ainda longe do ciclo que posteriormente o haveria de tornar na pedra angular da arqueologia e da arte medieval da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. É com a publicação daquele estudo que se pode considerar que o investigador sempre *"aberto a inovações sérias, bem informado sobre as mais recentes correntes historiográficas"* (Marques, 1996, 11), sem cortar o cordão umbilical com os temas da sua predilecção, se preparava para invadir outras áreas, juntando à investigação que tradicionalmente se fazia em Portugal sobre a Idade Média, aspectos tão relevantes quão ignorados, como eram a toponímia, a arte e a arqueologia.

É dentro desta linha de orientação que se deu a ligação de Carlos A. Ferreira de Almeida à freguesia de Santa Eulália de Rio Covo no concelho de Barcelos (fig. 1). O seu interesse por esta pequena aldeia, anichada no contraforte nascente da extensão norte do bem conhecido e documentado Monte da Saia, data precisamente do final da década de 60, quando intuiu que muito dificilmente o documento XIII dos *Diplomata et Chartae* se poderia harmonizar, geograficamente, com as localidades de *"Águas Santas e Silva Escura da Maia"* (Almeida, 1966, 636). A revisão do texto, então publicado e sobretudo o estudo pormenorizado do diploma que, na sua opinião, ficara por fazer na altura (Almeida, 1966, 637, nota 6), rapidamente o obrigou a rever uma posição anteriormente alicerçada em pressupostos avançados por um medievalista de nomeada, o Prof. Doutor Avelino de Jesus da Costa o qual, no dizer de Carlos A. Ferreira de Almeida, era um *"conhecedor profundo da antiga documentação bracarense"* (Almeida, 1966, 636).

As dúvidas suscitadas levaram então o autor a fazer um minucioso confronto entre as indicações toponímicas contidas no diploma e aquelas que eventualmente ainda perduravam na localidade, modificadas umas, remetidas outras para os escaninhos da micro-toponímia. A necessidade de esclarecer pontos duvidosos e de encontrar suporte arqueológico para alicerçar *"as razões mais convincentes para localizarmos nesta freguesia de Santa Eulália as terras a que se refere esse pacto de 906"* (Almeida, 1970, 101), isto é, a composição entre Nausto, bispo de Coimbra e Sisnando, bispo de Iria, levou-o a percorrer demoradamente

MUNICÍPIO DE BARCELOS  
BIBLIOTECA MUNICIPAL

Nº 55017

Barcelos

a freguesia. Aí observou atentamente a realidade arquitectónica da igreja paroquial e com olhos de quem há muito sabia quão importante era a arqueologia de campo, cirandou em torno da capela de Nossa Senhora de Águas Santas e recolheu todo o vestígio que lhe permitisse alicerçar a sua nova teoria. Conseguiu-o, como o demonstram as informações explanadas num artigo publicado em 1970: “*não há dúvida que no actual sítio da igreja houve um edifício romano, ligado às águas que eram santas*” (Almeida, 1970, 101) e posteriormente num outro que escreveu sobre certos aspectos da Alta Idade Média no Noroeste de Portugal (Almeida, 1972, 121, nota 21), notas que de um certo modo viria a repetir numa recensão crítica que então fizera à obra de Casimiro Torres sobre a Galiza Suévia (Almeida, 1980, 312-314). No intermeio surgiram, é certo, vozes discordantes quanto ao novo rumo interpretativo que se dava ao citado diploma, chegando mesmo o assunto a ser objecto de alguma querela no decorrer das suas provas públicas de doutoramento. Contra-argumentando ao Prof. Doutor José Mattoso, defendia a justeza da sua posição e declarava publicamente que a discussão estava longe de estar encerrada, porque iria, logo que possível, reforçar a sua interpretação escrevendo um novo artigo. Infelizmente, porque a morte o levou, não chegou a concretizar, o que sabíamos ser uma velha aspiração sua, tendo-nos solicitado inclusivé, a consulta de uma lista de topónimos que havíamos recolhido em Santa Eulália e freguesias confinantes.

O interesse de Carlos Alberto Ferreira de Almeida por Santa Eulália de Rio Côvo pode ser visto à luz de duas grandes perspectivas: a arqueologia e o românico português.

A arqueologia, sendo um dos seus grandes amores, levou-o a pesquisar demoradamente o aro circundante à igreja paroquial, porque ela, de acordo com o documento, se localizava num sítio chamado Águas Santas: “*ubi dicent aquas santas*” (Dipl. et Ch., XIII).

Do real conhecimento do sítio adquiriu ele várias certezas. A primeira é que na encosta da capela de Nossa Senhora das Águas Santas, aquela que está voltada à igreja paroquial, brotava uma nascente de água, ao que parece de elevado teor sulfuroso. A segunda é que ali teria havido um santuário ligado ao culto das águas, pelo simples facto de associar “*águas santas*” ao diversificado tipo de restos arqueológicos espalhados pela encosta onde está a capela e pelas propriedades confinantes com a igreja: tegulae, tijolos, cerâmica romana, tubos de barro e encanações (Almeida, 1970, 101). A terceira, não menos importante, além de precisar os factos anteriormente assinalados e de lhes atribuir uma cronologia, era reforçada com a descoberta do pilar central de um altar paleocristão em mármore, provido do *loculus* para as relíquias e para o qual encontrava paralelos no Norte de África (Almeida, 1980, 312-314).

Passadas quase duas décadas sobre estas últimas revelações, pode-se dizer que a intuição de Carlos A. Ferreira de Almeida se revelou positiva e em parte justificada pela recente intervenção arqueológica realizada junto à igreja paroquial. Efectuada em pleno adro, no espaço que medeia entre a parede meridional da igreja e a residência paroquial, viria a revelar uma sucessão de enterramentos de caixas feitas com pedras avulsas e uma cronologia que acompanha a construção da igreja românica no séc. XIII e a sucessão de remodelações, a última das quais ocorrida em 1752.

Entre o numeroso espólio recolhido, conta sobretudo a cerâmica, num vasto leque cronológico que oscila entre as produções de época moderna e as mais antigas, que são precisamente de técnica e fabrico castrejo. De permeio há um assinalável conjunto de cerâmicas de origem romana, sobretudo as cinzentas finas, as denominadas bracarenses, um lote de terra sigillata hispânica de boa época, isto é, da parte inicial do seu fabrico e

alguns fragmentos de uma produção do período visigótico. São elas as características cerâmicas de faces vassouradas que encaixam perfeitamente na cronologia dos pratos de terra sigillata clara D, formas 97 e 104 de Hayes, assinaladas e descritas por Carlos A. Ferreira de Almeida (Almeida, 1980, 312).

Conjugando então os dados por ele revelados com os agora conseguidos na intervenção arqueológica, fica claro que a diacronia ocupacional do sítio se iniciou na recta final da Cultura Castreja e se estendeu até à actualidade. Clarificado ficou também o momento da construção da igreja dedicada à Virgem e Mártir Santa Eulália. A sondagem realizada junto à parede meridional da capela-mor, revelou a presença de enterramentos que podem ser atribuídos à 2ª metade do séc. XIII e precisou que a igreja daquela altura se fez à custa de uma construção anterior, a ajuizar pelas pedras reaproveitadas que foram usadas como tampas de algumas das sepulturas, sem esquecer aquelas que foram reutilizadas na igreja. O mais provável é que estas e outras pedras pertençam a uma construção, que pode recuar até ao período visigótico. Esta pode ser um edifício civil ou, neste caso específico, uma igreja pré-românica.

O documento XIII menciona claramente uma "*eclesia et villa vocabulo santa eulalia*" no começo do século X, isto é, uma igreja com o seu espaço agrário organizado e dividido em casais que agricultavam as várzeas e possuíam linhares, pomares, vinhas e moínhos. Que a freguesia estava longe de ter sido ermada, provam-no os vinte e cinco moradores referidos no diploma, bem como os restos arquitectónicos - o pé do altar em mármore (Almeida, 1980, 316), um silhar almofadado (fig. 2), mós manuais, restos de colunas e um capitel toscano, peças guardadas na Casa do Passal, a antiga residênciã paroquial adjacente à igreja - que cobrem, certamente, uma vasta diacronia, mas que são a prova cabal que ali havia uma comunidade religiosa, que cedo se estruturou, a pontos de ter erguido um primeiro templo, o mesmo que terá perdurado até à construção da igreja românica.

Se com o advento do cristianismo nasceu na região uma comunidade sob os auspícios da virgem e mártir de Mérida, é também verdade que o sítio já estava ocupado, e arroteado o espaço que envolve a igreja e a capela dedicada a Nossa Senhora das Águas Santas. É aliás para o topo da colina, onde foi construída a capela e na actualidade o cemitério paroquial, que devemos remeter a primeira ocupação do sítio. Ali existiu, muito provavelmente, um pequeno povoado castrejo posteriormente desmantelado pelas sucessivas ocupações porque a colina passou. Terão sido os romanos, os iniciadores do termalismo, que terão incrementado a ocupação do sítio e mesmo construído os tanques ou piscinas que sabemos terem estado na encosta que está de permeio entre a capela e a igreja românica. A sua destruição ocorreu já em tempo relativamente recente, pois há quem ainda se lembre de ter visto o que restava deles no terreno que hoje está ocupado por um edifício de cariz social, adjacente ao cemitério paroquial e de terem aparecido canalizações na vinha, que ocupa a vertente que medeia entre a capela e a igreja paroquial. Foi aliás para a base da colina, onde no século XIII se construiu a igreja, que escorreram terras e muitos dos materiais arqueológicos que a recente intervenção arqueológica pôs a descoberto.

Que o balneário termal existiu e teve mesmo uma certa aceitação no decurso da Romanização, "*pelo menos no século IV depois de Cristo*" (Almeida, 1970, 101), parece não subsistir dúvidas. Atestam-no os achados relacionados com a condução e armazenamento da água; os silhares de boa esquadria e faces almofadadas, os restos das colunas e capiteis e uma boa dose de cerâmicas, alguma dela importada de latitudes mais meridionais, como é o caso das sigillatas hispânicas e das produções norte-africanas do tipo Clara D. Que a

importância continuou para lá do mundo romano, atesta-o a cristianização das virtudes terapêuticas das suas águas - *Águas Santas* - a construção de uma capela dedicada a Nossa Senhora e a fama de uma romaria, actualmente revitalizada, mas que em meados do séc. XVIII estava em desuso, consoante se depreende do texto das Memórias Paroquiais: “*tem duas capelas huma da Senhora da Conceiçam que he de pessoa particular onde algumas vezes se lhe diz missa, e a da Senhora de Agoas Santas antiga, della se conta que antigamente fora matriz em cujo tempo vinham a ella varios rumeiros o que hoje nam sucede*” (Capela e Borralheiro, 1998, 185-186). A estes factores haverá que juntar ainda um outro apontado por Carlos A. Ferreira de Almeida: a sua relativa semelhança com Santa Eulália de Bóveda (Lugo), povoação onde havia um culto aquático pagão, que foi cristianizado e que, tal como o Rio Covo, escolheu Santa Eulália como padroeira de uma comunidade cristã (Garcia Rodriguez, 1966, 284-288) que havia crescido em redor da fonte termal. Muitos séculos mais tarde, a acção curativa e milagrosa de tais águas, estava ainda bem expressa nas Memórias Paroquiais, pois “*varias pessoas que dizem sam milagrosas para a infermidade de maleitas*” (Capela e Borralheiro, 1998, 186).

Foi, sem dúvida, a leitura atenta do documento XIII que conduziu o autor até Santa Eulália e conseqüentemente à descoberta dos vestígios arqueológicos que ele, mui acertadamente, relacionou com o balneário de origem romana. Mas as pistas fornecidas pelo diploma não se ficam por aí. As palavras *Karraria*, *Karraria antiqua* e *strata de vereda* haveriam de o conduzir à formulação de uma hipótese que futuramente viria a obter completa comprovação. A palavra *Karraria*, por si só, significava caminho largo, apto para o trânsito de carros, mas quando seguido do adjectivo *antiqua*, então a sua cronologia seria bem mais vetusta que a época em que o documento fora exarado (Almeida, 1970, 102, nota 24).

A ideia que pelo vale do Rio Covo transitava uma estrada romana, viria a ter futuramente plena aceitação, tanto mais que os vestígios arqueológicos e toponímicos de época romana e alto-medieval não faltam ao longo do seu percurso (B. Almeida, 1996, I). Provam-no, para além da citada passagem, topónimos como *Carreira* e *Breia*, posicionados ao longo de um percurso, que vindo dos lados de Vila Nova de Famalicão, aproveitava o vale do Rio Covo e se dirigia para norte, atravessando o rio Cávado entre Santa Eugénia de Rio Covo e Manhente. Aqui seguia a caminho do vale do Rio Lima por dois traçados distintos: um flectia para poente e fazia a ligação à estrada que atravessava o Rio Cávado a jusante da cidade de Barcelos e chegava ao rio Neiva pela ponte das Tábuas; o outro, num traçado mais rectilíneo, seguia por Galegos e Alvito (S. Pedro) até ao Rio Neiva, onde o transpunha por altura da ponte de Anhel (B. Almeida, 1998, 119-129).

Se a viação romana e medieval foi um dos seus temas preferidos, a castelologia recebeu em determinada fase da sua vida de investigador, um tratamento de excelência. Prova-o, à saciedade, a sua tese complementar de doutoramento, “*Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho*”, um estudo que nunca passou da fase de policopiado, mas que foi a pedra de toque para que outros se realizassem num campo até aí notoriamente falho de investigação credível e avalizada (Almeida, 1989, 38-54; 1992; Barroca, 1990-91, 89-136).

Absorvermo-nos neste estudo, é tomar consciência que no Entre-Douro-e-Minho de então havia talvez mais de duas centenas de sítios que podem ser apodados de castelos e que numa densa, mas muito mais estratégica malha, se erguiam em pontos nevrálgicos que tinham a ver com a transposição de portelas, a passagem de rios e a progressão ao longo de corredores naturais de penetração. Folhear aquela obra é tomar contacto mais ou menos directo com um pequeno castelo que a documentação medieval (LF doc. 837) refere como estando localizado na “*villa de varzena que est subtus monte Naaor*” e que para

Carlos Alberto Ferreira de Almeida “ *se poderá localizar no actual Monte Maio, a ocidente daquela terra*” (Almeida, 1978, 40, nº 131), isto é, a ocidente da freguesia de S. Bento da Várzea. Em presença de tais dados, torna-se claro, que na altura o autor não havia conseguido precisar a real situação geográfica de tal castelo. Isto só o viria a concretizar, anos mais tarde, quando o conduzimos até um dos esporões do Monte Vaia, que fica de sobremodo sobranceiro às freguesias de Midões e de Santa Eulália de Rio Covo. Ali, debruçado sobre o vale, vigiando a velha estrada romana, estão as ruínas do castelo que o documento do Liber Fidei menciona. À sombra de algumas volumosas massas graníticas estavam os escombros de um castelo, talvez local de refúgio em dias de incerteza, dormiam as ruínas de um sistema defensivo ao qual não faltava um fosso e no seu interior, entre a pedra derrubada, resquícios de uma ocupação que a cerâmica aí espalhada atribui, sem grande margem para dúvidas, ao início da nacionalidade portuguesa.

Como inicialmente escrevemos, o interesse de Carlos A. Ferreira de Almeida por Santa Eulália de Rio Covo não se resumia somente aos vestígios arqueológicos e à interpretação de um texto, que se havia revelado de capital importância para o estudo de uma paróquia no começo do séc. X. O investigador atento que ele foi, teria forçosamente de reparar na capela-mor da igreja paroquial, uma construção românica posteriormente remodelada e acrescida, a última das quais em 1752. Conseguira todavia resistir, satisfatoriamente ao terramoto de 1755. Disso se faz eco o texto das Memórias Paroquiais que é da responsabilidade do reitor de então, de seu nome, Domingos Ferreira Barboza: “ *nam padeceo ruina no terramoto de 1755 somente a igreja parochial algum abalo nas paredes e se descompos huma cruz na fronteiral onde se pôs já outra nova*” (Capela e Borralheiro, 1998, 186).

Conhecidas são pelo menos duas referências do autor acerca desta igreja. A primeira faz parte do extenso rol de igrejas do Entre-Douro-e-Minho onde se testemunham edifícios ou restos de arquitectura românica. Faz parte da sua tese de doutoramento, que também nunca foi publicada, mas que haveria de servir de base ao extenso estudo sobre o Românico em Portugal, obra inserida no volume terceiro da História da Arte em Portugal, editada pelas Publicações Alfa.

Se naquele estudo se refere somente Santa Eulália de Rio Covo como uma das muitas localidades da bacia do Rio Cávado, onde se documentam vestígios da arquitectura românica (Almeida, 1986, 3, 71), no volume II da sua tese de doutoramento, ele foi bem mais explícito e muito mais preciso, já que escreveu a seguinte passagem: “ *na antiga matriz desta freguesia conservam-se, na parte da capela-mor modilhões esculpados, românicos muito tardios. Vêem-se ainda o topo de uma fresta e um fragmento de friso de arquivolta, decorado com elementos vegetais, muito estilizados, que apontam num mesmo sentido. Por isto, e pelas siglas alfabéticas que muitas pedras mostram, seria uma construção românica de cabeceira quadrangular, da segunda metade do séc. XIII*” (Almeida, 1978, II, 263).

Como ele bem o notou, só a capela-mor da igreja paroquial se pode considerar de traça românica, o que não invalida que tenha sido mexida e sofrido algumas intromissões, como bem o patenteiam as janelas que são de uma fase bem mais tardia, séc. XVIII (fig. 3) e rasgadas para iluminar um altar-mor em talha dourada, ao bom estilo da primeira metade do séc. XVIII.

Construída na segunda metade do séc. XIII esta igreja viria a sofrer uma grande remodelação na segunda metade do séc. XVII, de acordo com a inscrição - ANNO 1678 DMNI - que se encontra gravada numa das pedras do arco cruzeiro. Tal como ainda hoje se apresenta, o corpo central da igreja ficou então mais espaçoso e bastante mais elevado que a primitiva construção românica, que foi totalmente desmantelada, à excepção da

capela-mor. Uma boa parte da pedra foi todavia reaproveitada, como o atestam as siglas e os fragmentos de friso da arquivolta decorados com elementos vegetais que foram inseridos na face exterior norte do corpo central da igreja.

A última grande acção remodelativa ocorreu no séc. XVIII. Começou com a construção da residência paroquial, em 1728, aquela que hoje é a Casa do Passal, a mesma onde se guardam algumas das pedras com interesse arqueológico e arquitectónico. Continuou com a construção da sacristia, caso tenhamos em atenção a data de 1748 que se conserva na carranca de um lava-mãos decorado com um Neptuno. Desta mesma altura ou algo mais tardiamente, possivelmente em 1752, deu-se a substituição da porta do lado norte, com um arco de volta inteira, por uma outra de forma rectangular. Nesta altura, três anos antes do terramoto, foi igualmente alterada a fachada principal da igreja, uma típica fachada barroca, cujo elemento mais significativo é a sua porta rectangular onde sobressaem os motivos rocaille, bem singelos, que decoram as respectivas ombreiras. Desta fase é ainda a torre sineira e a capela de Nossa Senhora das Dores, que foi acoplada, pelo lado meridional, ao corpo central da igreja.

A azáfama regeneradora, que se fez sentir ao longo do séc. XVIII, não se ficou, somente pela intromissão de elementos da gramática rocaille. Ela está bem patente no interior, ao nível da talha dos altares e no cômputo das imagens sacras que povoam o seu interior. Neste capítulo merece uma chamada de atenção a talha do altar-mor, que combina perfeitamente com o azulejo policromado, a azul e amarelo, do século anterior e as imagens de Santa Eulália e de Santa Ana, ambas bem acompanhadas por um anjo tocheiro. Todas elas são razoáveis peças escultóricas, em madeira policromada e estofada. No corpo central o destaque vai necessariamente para a capela da Nossa Senhora das Dores, também ela com um altar em talha de meados do séc. XVIII. Do mesmo período são as imagens que aí se encontram: Nossa Senhora das Dores, o Senhor dos Passos e o Senhor Flagelado.

Nas restantes imagens merece uma especial referência, até porque são peças do século XVII, um Santo António e uma Nossa Senhora do Rosário. A primeira, em madeira pintada, reproduz o santo com o seu tradicional habito castanho e os símbolos que melhor o caracterizam: o Menino Jesus e a cruz. A segunda, também ela em madeira pintada e estofada, é uma bela peça de escultura sacra, saída das mãos de um artista que nela colocou, não só a sua mestria, mas também e sobretudo a sua sensibilidade.

#### **BIBLIOGRAFIA:**

- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de, *Povoamento Romano do Litoral Minhoto entre o Cávado e o Minho*, Dissertação de Doutoramento, ed. policopiada, vol. I, FLUP, Porto, 1996.

- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de, *Barcelos nos Alvores da Nacionalidade*, "Barcelos Terra Condal. Comemorações", Barcelos, 1998, p. 199-129.

- ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de, *Um Aspecto do Culto dos Rios na Lusitânia*, Douro Litoral, Vol. VIII, vol. 9, Porto, 1959, p. 873-887.

- ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de, *O Documento 13 dos "Diplomata et Chartae"*, "Actas do IV Colóquio Portuense de Arqueologia", Lucerna, vol. V, Porto, Centro de Estudos Humanísticos, 1966, p. 635-642.

- ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de, *Vias Medievais. I. Entre-Douro-e-Minho*, Dissertação de Licenciatura, ed. policopiada, FLUP, Porto, 1968.



- ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de, *Ainda o Documento XIII dos "Diplomata et Chartae"*, Revista da Faculdade de Letras - Série História", 1ª Série, vol. I, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1970, p. 97-107.

- ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de, *Notas sobre a Alta Idade Média no Noroeste de Portugal*", Revista da Faculdade de Letras - Série História", 1ª Série, vol. III, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1972, p. 113-136.

- ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de, *Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho*, Dissertação de Doutoramento, 2 vols., Porto, ed. policopiada, FLUP, Porto, 1978.

- ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de, *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho*, Dissertação Complementar de Doutoramento, FLUP, Porto, ed. policopiada, 1978.

- ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de, *A Propósito de "Galicia Sueva" de Casimiro Torres, "Gallaecia"*, Vol. 5, Santiago de Compostela, 1979, p. 305-316.

- ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de, *O Românico*, Vol. III da História da Arte em Portugal, Lisboa, Ed. Alfa, 1986.

- ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de, *Castelos e Cercas medievais. Séculos X a XIII*, "História das Fortificações Portuguesas no Mundo", Dir. de Rafael Moreira, Lisboa, Ed. Alfa, 1989, p. 38-54.

- ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de, *Castelos Medievais do Noroeste de Portugal*, "Finis Terrae - Estudos em Lembrança do Prof. Dr. Alberto Balil", Santiago de Compostela, 1992.

- *Barcelos nas Memórias Paroquiais de 1758*, Estudo introdutório, leitura e fixação de texto de José Viriato Capela e Rogério Borralheiro, Barcelos, 1998.

- BARROCA, Mário Jorge, *Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico*, "Portugália", Nova Série, vol. XI-XII, Porto, 1990-91, p. 89-136.

- BARROCA, Mário Jorge, *In Memoriam Carlos Alberto Ferreira de Almeida*, II. *Notas Biográficas*, "Revista da Faculdade de Letras. História", II Série, vol. XIII, Porto, 1996, p. 13 -21.

- GARCIA RODRIGUEZ, Carmen, *El Culto de los Santos en la España Romana y Visigoda*, Madrid, 1966.

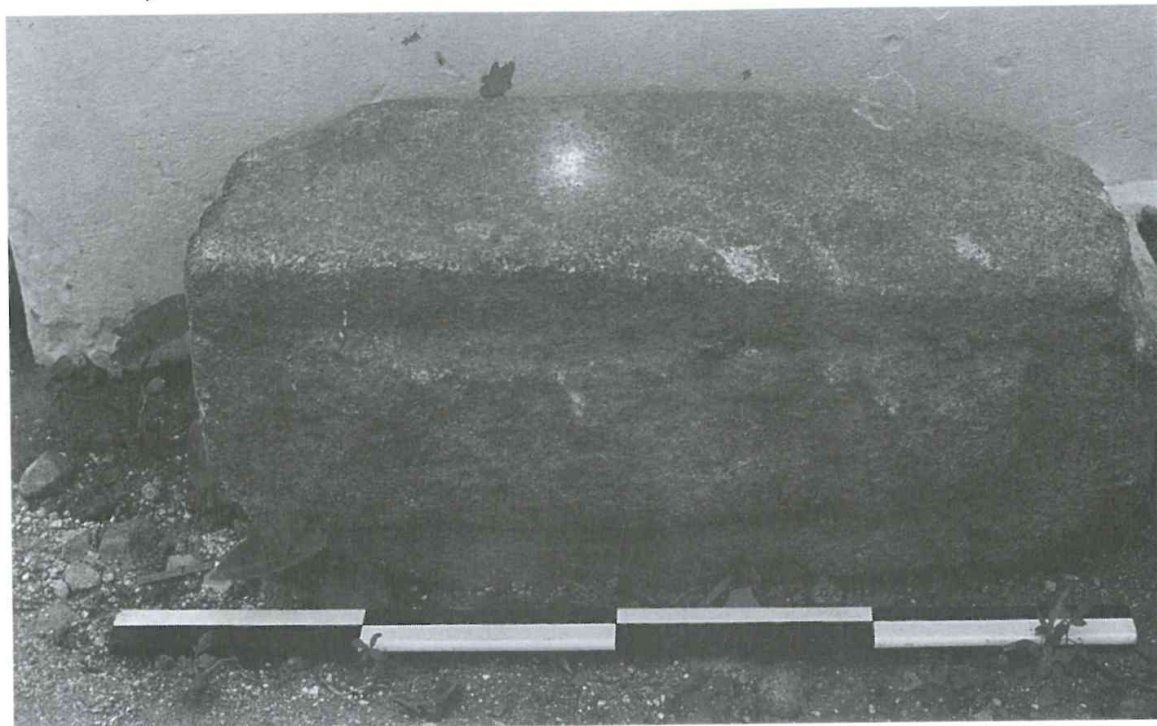
- MARQUES, JOSÉ, *In Memoriam Carlos Alberto Ferreira de Almeida*, "Revista da Faculdade de Letras. História", II Série, vol. XIII, Porto, 1996, p. 9-12.

\* Faculdade de Letras da Universidade do Porto.



- 1 N<sup>a</sup> SR<sup>a</sup> DAS ÁGUAS SANTAS - VESTÍGIOS CASTREJOS E ROMANOS
- 2 GREJA ROMÂNICA DE ST<sup>a</sup> EULÁLIA
- 3 PAÇOS - VESTÍGIOS ROMANOS
- 4 VAIA - CASTELO MEDIEVAL

C. M. P. N<sup>o</sup> 69 - ESC. 1:25000







biblioteca  
municipal  
barcelos



55017

Carlos A. Ferreira de Almeida  
em Santa Eulália de